

Praticando

Solução
Editora
a solução para o seu concurso!

AOCGP 800 QUESTÕES

QUESTÕES GABARITADAS

- › Língua Portuguesa
- › Matemática e Raciocínio Lógico
- › Informática
- › Direito Constitucional
- › Direito Administrativo
- › Administração Geral e Pública
- › Direito Penal
- › Direito Processual Penal
- › Direito Civil
- › Direito Processual Civil



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



INSTITUTO AOCP

CADERNO DE QUESTÕES GABARITADAS
INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO EM
CONCURSOS PÚBLICOS

800 Questões Gabaritadas



CÓD: OP-159JH-26
7901183001286

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico	77
3. Informática.....	91
4. Direito Constitucional	107
5. Direito Administrativo.....	129
6. Administração Geral e Pública	151
7. Direito Penal	171
8. Direito Processual Penal	191
9. Direito Civil.....	213
10. Direito Processual Civil.....	235

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Texto 04

Uma revista literária para o Baixo Sul: os itinerários percorridos

Esta revista, que ora se apresenta em seu primeiro número, tem como tema as literaturas do Baixo Sul Baiano. Ela é o resultado do projeto de extensão Edital/ Chamada Interna Nº 01/2018/PROEX/CPPEX/IF Baiano, denominado Poéticas da Terra: Revista de Literatura do Baixo Sul da Bahia, realizado no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), Campus Valença, desenvolvido em parceria com os membros do Grupo de Pesquisa Linguagens, Culturas e Ambientes (GLICAM/ IF Baiano- Campus Valença).

O nosso objetivo primordial é apresentar estudos críticos sobre escritores do território do Baixo Sul Baiano, trazer à baila o percurso intelectual destes, com o intuito de promover-lhes visibilidade, especialmente àqueles cuja obra permanece dispersa em arquivos públicos ou em coleções particulares, desconhecida do grande público. Muitos desses textos dispersos estão sendo destruídos pela ação do tempo e das precárias condições em que estão armazenados em arquivos públicos e particulares e poderão desaparecer de vez. Desse modo, apresentamos neste número, na sua primeira parte, o total de quinze textos críticos. São estudos críticos-literários e filológicos sobre alguns escritores que produziram literatura no século XIX, sobre outros que estiveram na cena literária no início e/ou em meados do século XX e sobre alguns que estão produzindo literatura neste século XXI.

[...]

Esta revista consiste também na criação de um espaço de circulação de textos literários. Criamos a sessão Um dedo de prosa, na qual homenageamos o escritor valenciano Araken Vaz-Galvão, que escreveu uma crônica, especialmente, para este número. Em seguida, apresentamos mais dois espaços: um destinado ao gênero poema e outro ao gênero conto, os quais foram produzidos por discentes, docentes, técnicos administrativos e por pessoas da comunidade externa (escritores do Baixo Sul e escritores que possuem alguma ligação afetiva e/ou acadêmica com este território).

Apresentar as poéticas desse solo baiano, crescer e diversificar-se são os objetivos deste trabalho coletivo que entra em cena, pela primeira vez, no vasto campo dos estudos literários. Convidamos a todos a seguirmos juntos, de mãos dadas. O mapeamento de escritores está em curso e seguirá incorporando outras/os autoras/es e obras e seus respectivos municípios que compõem este rico cenário. Para esta investigação detetivesca, necessitamos do apoio das comunidades que compõem este território. Seguiremos atentos, descortinando as paisagens literárias e as margens ao longo do caminho.

Adaptado de: SCARANTE, I. C. (Coord.). Poéticas da terra: revista de literatura do Baixo Sul da Bahia, n. 1. Valença (BA): Mente Aberta, 2023.

Quanto à acentuação das palavras presentes no Texto 04, assinale a alternativa correta.

- (A) “território” e “número” são acentuadas pela mesma regra.
- (B) “município” e “cenário” acentuam-se pela mesma regra.
- (C) “poéticas” é acentuada por apresentar ditongo aberto.
- (D) “cenário” e “literárias” são palavras oxítona e paroxítona respectivamente e, por isso, são acentuadas. “destruídos” e “críticos” são acentuadas pela mesma regra.

2. (INSTITUTO AOCP - 2023)

A questão refere-se ao **Texto I**.

Texto I

Novas tecnologias: tendências e o que esperar para o futuro

Toda vez que uma nova tecnologia chega, ela traz com ela mudanças e impactos na sociedade como um todo. Elas transformam a forma como trabalhamos, aprendemos, nos comunicamos e fazemos negócios, e não param de surgir.

Realidade virtual, Big Data e drones são alguns exemplos de novas tecnologias que já fazem parte do cotidiano. Blockchain, plantação vertical, impressão 4D representam nomes do futuro.

Tecnologias novas são extremamente importantes porque elas têm o potencial de melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas em muitas áreas diferentes

— a depender de como são usadas

Abaixo estão alguns dos principais benefícios que as novas tecnologias podem trazer:

- melhoria da eficiência: as novas tecnologias mundiais podem tornar muitas atividades mais eficientes, reduzindo o tempo necessário para executar tarefas e automatizando muitos processos. Isso pode levar a uma maior produtividade e a uma redução de custos;

- democratização do conhecimento: uma nova tecnologia também pode democratizar o conhecimento, permitindo que pessoas de diferentes partes do mundo tenham acesso a informações valiosas e aprendam novos assuntos. Isso pode levar a uma maior igualdade de oportunidades educacionais e uma melhor qualidade de vida para as pessoas;

- melhoria da comunicação: tecnologias novas, quando se pensa em toda a era da internet, por exemplo, podem melhorar a comunicação entre as pessoas, permitindo que elas se conectem rapidamente com quem não está próximo fisicamente. Felizmente, isso pode levar a uma maior colaboração e troca de ideias, bem como uma melhor compreensão entre as culturas.

A cada nova invenção, mais possibilidades surgem.

Mas afinal, quais novas tecnologias têm gerado grandes impactos no mundo? São:

- Realidade virtual e aumentada;
- Inteligência artificial;
- Drones;
- Internet das Coisas (IoT);
- Big Data;
- Impressão 3D; • Robótica.

A realidade virtual (VR) e a realidade aumentada (AR) são tecnologias que criam uma experiência imersiva em um ambiente virtual ou uma sobreposição de informações digitais em um ambiente real.

A VR é amplamente utilizada em jogos, treinamentos de simulação, design de produtos, terapia e entretenimento, enquanto a AR tem sido aplicada em publicidade, compras, saúde, educação e turismo.

A inteligência artificial (IA) é uma tecnologia que permite que máquinas aprendam e realizem tarefas que normalmente requerem inteligência humana, como reconhecimento de fala, visão computacional, processamento de linguagem natural e tomada de decisão.

Alguns exemplos são assistentes virtuais como a Alexa e o famoso Chat GPT, que auxilia na criação de conteúdo.

Os drones são veículos aéreos não tripulados (UAVs) que podem ser controlados remotamente ou programados para realizar tarefas específicas.

Os drones permitem uma inspeção mais segura e eficiente de estruturas, a entrega rápida de produtos e serviços, bem como o registro de imagens e vídeos de locais de difícil acesso. A Internet das Coisas (IoT) refere-se a um sistema de dispositivos interconectados que se comunicam uns com os outros e com a internet, coletando e compartilhando dados em tempo real.

O Big Data refere-se ao enorme volume de dados que são coletados diariamente de diversas fontes, incluindo dispositivos móveis, mídias sociais, sensores e outros dispositivos IoT.

A análise de Big Data permite que as empresas descubram padrões, identifiquem tendências e tomem decisões com base em insights valiosos. A impressão 3D é uma tecnologia que permite a criação de objetos físicos a partir de um modelo digital tridimensional.

A robótica é uma área do conhecimento que permite a criação de robôs que podem realizar tarefas de forma autônoma ou com supervisão humana. Pensando em 2023, há também uma série de novas tecnologias para ficar de olho. Conheça algumas delas.

O blockchain é uma tecnologia que permite o armazenamento e compartilhamento de informações de forma segura e descentralizada.

A tecnologia 5G é a próxima geração de redes móveis, que promete uma conexão mais rápida e estável. Ela permite que mais dispositivos sejam conectados simultaneamente e oferece maior capacidade de transferência de dados, abrindo caminho para novas tecnologias como carros autônomos, realidade virtual e IoT.

A impressão 4D é uma tecnologia que permite a criação de objetos que se transformam ao longo do tempo em resposta a determinados estímulos.

Em 2023, o metaverso com certeza será uma tendência. Ele funciona como uma nova forma de ambiente digital imersivo, que busca criar um universo paralelo em que os usuários possam interagir de forma mais completa com o mundo digital. Através do uso de tecnologias como realidade virtual e inteligência artificial, o metaverso permite a criação de ambientes digitais que podem ser aplicados em jogos, educação e até mesmo em ambientes de trabalho.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (INSTITUTO AOCP - 2022)

Cada uma das sílabas da palavra PAPILOSCOPISTA foi escrita nas costas de um cartão, de modo que cada cartão tivesse exatamente uma das sílabas. Após escritas as sílabas e os cartões serem virados para baixo, estes foram embaralhados e permaneceram virados de forma que não fosse possível ver a sílaba escrita. Ao escolher um desses cartões, aleatoriamente, a probabilidade de esse cartão obedecer à proposição “O cartão tem a letra P ou o cartão não tem a letra A” é de

- (A) $1/6$.
- (B) $2/6$.
- (C) $3/6$.
- (D) $4/6$.
- (E) $5/6$.

2. (INSTITUTO AOCP - 2023)

Um jogo da memória feito apenas com cartas de baralho contava com 26 pares que levavam em consideração apenas o “valor” da carta (escolhido no conjunto $\{A, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, J, Q, K\}$) e a “cor” da carta (escolhida no conjunto $\{\text{preta, vermelha}\}$). No padrão convencional do jogo, todas as cartas são embaralhadas e postas em uma mesa com suas faces voltadas para baixo. Na sua vez, cada jogador vira duas cartas e verifica se formam um par. Caso tenha sido formado um par, as cartas são retiradas da mesa e ficam em posse do jogador que as virou, dando o direito de continuar virando as cartas indefinidamente até que um par não seja formado. Caso a ação não resulte em um par, as cartas terão suas faces voltadas para baixo, no mesmo lugar em que estavam, e a vez passa para o outro jogador. O jogo se encerra quando todos os pares forem encontrados. No decorrer de certo jogo, 23 pares já foram encontrados e restam apenas 6 cartas voltadas para baixo, que não foram viradas anteriormente: Um par de 7 vermelho, um par de 9 preto e um par de 10 preto. Nessas condições, qual é a probabilidade de o próximo jogador encerrar o jogo?

- (A) Uma chance em 15.
- (B) Uma chance em 12.
- (C) Uma chance em 9.

- (D) Uma chance em 6.
- (E) Uma chance em 3.

3. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Em determinada Vara Federal foram condenados 80 indivíduos processados por peculato e 20 outros indivíduos condenados por corrupção ativa. Um juiz resolve entrevistar dois (02) condenados dessa Vara Federal e escolhe, aleatoriamente, sem reposição da lista de processos, dois (02) condenados. Então, a probabilidade do evento $T = \{\text{o 2º escolhido da amostra ser um condenado por corrupção ativa}\}$ é

- (A) 0,200.
- (B) 0,638.
- (C) 0,600.
- (D) 0,250.
- (E) 0,362.

4. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Seja $P(x)$ a probabilidade de acontecer o evento x , $P(A \cup B) = 0,75$ e $P(B) = 0,5$, assinale a alternativa que apresenta o valor de $P(A)$ sabendo que A e B são eventos independentes.

- (A) 0,5.
- (B) 0,4.
- (C) 0,25.
- (D) 0,75.
- (E) 0,3.

5. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Considere E_1 e E_2 dois eventos aleatórios associados a um experimento, supondo que $P(E_1) = 0,4$ enquanto $P(E_1 \cup E_2) = 0,8$ e $P(E_2) = p$, então, o valor de p para que E_1 e E_2 sejam mutuamente exclusivos e o valor de p para que E_1 e E_2 sejam independentes são, respectivamente,

- (A) $p = 0,3$ e $p = 0,650$.
- (B) $p = 0,5$ e $p = 0,500$.
- (C) $p = 0,4$ e $p = 0,666$.
- (D) $p = 0,3$ e $p = 0,500$.
- (E) $p = 0,4$ e $p = 0,650$.

6. (INSTITUTO AOCP - 2026)

Uma assistente social realizou um estudo sobre o perfil econômico de 40 famílias de determinado bairro, selecionadas aleatoriamente. O interesse principal dessa assistente era classificar o nível salarial de cada família em A ou B, em que A indica que a família possui uma renda superior a R\$ 3.500 e B indica que a família possui uma renda inferior ou igual a R\$ 3.500. Também, ela objetivava categorizar a quantidade de membros de cada família em C ou D, em que C indica que a família é composta de 6 ou mais pessoas e D indica que a família é composta de, no máximo, 5 pessoas. Não havendo outros níveis nem outras categorias a serem analisadas, ao final desse estudo, verificou-se que:

- 20% das famílias foram classificadas em nível A;
- 50% das famílias que foram classificadas em nível A também foram categorizadas com D;
- 40% das famílias foram categorizadas em C.

Se essa assistente pretende sortear aleatoriamente uma das famílias selecionadas para esse estudo, a probabilidade de que ela sorteie uma família do nível B e da categoria C é igual a

- (A) 0,05 (5%).
- (B) 0,12 (12%).
- (C) 0,18 (18%).
- (D) 0,30 (30%).
- (E) 0,45 (45%).

7. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Um Técnico de Laboratório, atuando no controle da qualidade de matérias-primas, inadvertidamente, adotou o seguinte procedimento para aprovação do recebimento dos lotes de matérias-primas:

- são coletadas 20 amostras;
- são escolhidas, aleatoriamente, duas dessas amostras para ensaiar, uma após outra;
- são anotados os resultados e observado o critério para aprovação: (I) se ao menos um dos ensaios revelar alguma inconformidade em relação às exigências, o lote todo é rejeitado; (II) se ambos os ensaios estiverem em conformidade em relação às exigências, o lote é aprovado.

Sabendo-se que em um determinado lote foram coletadas 6 amostras em inconformidade e 14 amostras em conformidade, caso seja seguido o procedimento citado, qual é a probabilidade (aproximada) de esse lote ser aprovado, apesar das inconformidades?

- (A) 48%.
- (B) 52%.
- (C) 33%.

- (D) 67%.
- (E) 7,5%.

8. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Dados os conjuntos: $A = \{\text{pai, mãe, tio, prima}\}$, $B = \{\text{mãe, tio, tia}\}$ e $C = \{\text{tio, avó, primo}\}$, então, o número de elementos do conjunto $B - (A \cup C)$ é

- (A) maior que 3.
- (B) 3.
- (C) 2.
- (D) 1.
- (E) 0.

9. (INSTITUTO AOCP - 2022)

Em certa arena para a prática de Beach Tennis, alguns atletas tentam se proteger do sol usando equipamentos como boné e/ou óculos. Em um campeonato, 30 pessoas usavam exatamente um desses equipamentos, 21 não usavam boné, 16 usavam apenas óculos. Sabendo que 10 pessoas usavam ambos, quantas pessoas participaram desse campeonato?

- (A) 45
- (B) 35
- (C) 55
- (D) 25
- (E) 65

10. (INSTITUTO AOCP - 2026)

O setor de assistência estudantil da UNIRIO realizou um levantamento sobre os benefícios recebidos por 120 discentes. Verificou-se que 65 recebem auxílio-alimentação, 45 recebem auxílio-transporte e 20 recebem ambos os auxílios. Considerando apenas os dados listados, quantos desses discentes não recebem nenhum dos dois auxílios citados?

- (A) 10.
- (B) 20.
- (C) 30.
- (D) 40.
- (E) 50.

11. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Uma brigada de incêndio é formada por 70 bombeiros. Em determinado dia, dois incêndios ocorreram simultaneamente em bairros distintos de uma cidade: um no bairro A e outro no bairro B. Após o controle dos incêndios, verificou-se que 42 bombeiros atuaram no

INFORMÁTICA

1. (INSTITUTO AOCP - 2025)

No editor de texto Word 365 (em português), as funcionalidades estão organizadas em guias, cada uma contendo grupos específicos de ferramentas. Uma dessas funcionalidades é o Pincel de Formatação, que permite copiar a formatação de um texto e aplicá-la a outros. Assinale a alternativa que apresenta o grupo da guia Página Inicial onde essa funcionalidade está localizada.

- (A) Fonte.
- (B) Área de Transferência.
- (C) Parágrafo.
- (D) Estilos.
- (E) Voz.

2. (INSTITUTO AOCP - 2025)

No editor de texto Microsoft Word 365 (em português), as funcionalidades estão organizadas em guias, que, por sua vez, se constituem de grupos específicos. Uma dessas guias é a “Inserir”, que reúne diversas ferramentas para aprimorar o conteúdo do documento. Qual é o grupo da guia “Inserir” no qual se encontram as funcionalidades “Partes Rápidas” e “Linha de Assinatura”?

- (A) Texto.
- (B) Ilustrações.
- (C) Suplementos.
- (D) Mídia.
- (E) Comentários.

3. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Durante a elaboração de um informativo no Microsoft Word 365 (em português), um servidor do MPRS desejou aplicar um efeito artístico ao título do documento para destacá-lo visualmente. Para isso, utilizou a funcionalidade WordArt, disponível na guia “Inserir” do Word.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa que apresenta corretamente o grupo da guia “Inserir” onde essa funcionalidade está localizada.

- (A) Símbolos.
- (B) Texto.
- (C) Mídia.

- (D) Tabelas.
- (E) Ilustrações.

4. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Você está utilizando o Microsoft Word 2019 (em português) como seu editor de texto e verifica que, no programa, as funcionalidades são organizadas em guias para facilitar a navegação e utilização. Assinale a alternativa que apresenta duas guias dessa ferramenta.

- (A) “Dados” e “Fórmulas”.
- (B) “Página Inicial” e “Inserir”.
- (C) “Fórmulas” e “Referências”.
- (D) “Dados” e “Layout da Página”.
- (E) “Apresentação de Slides” e “Arquivo”.

5. (INSTITUTO AOCP - 2026)

Considere que o setor de operações da CODERN controla as operações de carga e descarga de navios através de uma extensa planilha no Microsoft Excel 365 (em português). Diariamente, a equipe insere milhares de registros contendo a “Data!”, o “Navio”, o “Tipo de Carga” e as “Toneladas” movimentadas. O gerente de logística solicita a um dos colaboradores um relatório interativo que resuma o total de toneladas movimentadas no mês, mas de forma agrupada pelo “Tipo de Carga” e filtrada por “Navio”, sem que seja necessário redigitar dados ou criar dezenas de fórmulas complexas de soma manualmente.

Com base no objetivo do colaborador de combinar, resumir e analisar rapidamente essa grande quantidade de dados de forma interativa, assinale a alternativa que apresenta o recurso ideal a ser utilizado.

- (A) Validação de Dados.
- (B) Tabela Dinâmica.
- (C) Atingir Meta.
- (D) Mala Direta.
- (E) Operações Múltiplas.

6. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Sobre as funcionalidades básicas do Excel 365, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.
() No Excel 365, é possível utilizar fórmulas para realizar cálculos automaticamente nas células.

() O recurso de preenchimento automático permite estender uma sequência de dados para células adjacentes. () Uma planilha no Excel 365 não pode conter mais de uma aba de trabalho.

() O Excel 365 possibilita a formatação de células para modificar a exibição de números, datas e textos.

- (A) V – V – F – V.
- (B) V – F – V – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – V – V – F.
- (E) V – F – F – V.

7. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Com a posse dos novos servidores no IFMS, você recebeu um arquivo do Excel contendo a planilha “controle_servidores”, que armazena informações de todos os servidores da instituição. Para facilitar a atualização dos dados, foi adicionada ao mesmo arquivo uma nova planilha chamada “novos_servidores”, contendo os dados dos aprovados no último concurso.

A planilha “novos_servidores” contém os seguintes dados organizados em colunas:

Coluna A (“CPF”): contém os CPFs dos servidores.

Coluna B (“Nome do Servidor”): contém os nomes correspondentes a cada CPF. A tabela de dados na planilha “novos_servidores” está no intervalo A2:B100.

Durante a atualização da planilha “controle_servidores”, foi identificado que falta o nome do novo servidor correspondente ao CPF “123.123.123-12”, que já está digitado na célula D2.

Para exibir corretamente o nome desse servidor em qualquer célula na planilha “controle_servidores”, qual das seguintes fórmulas da função PROCV deve ser utilizada?

- (A) =PROCV(A2;controle_servidores!D2:B100;2;FALSO)
- (B) =PROCV(“123.123.123-12”; novos_servidores!A2:B100;1;VERDADEIRO)
- (C) =PROCV(D2;novos_servidores!A2:B100;2;VERDADEIRO)
- (D) =PROCV(D2;novos_servidores!B2:A100;1;FALSO)
- (E) =PROCV(D2;novos_servidores!A2:B100;2;FALSO)

8. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Durante a análise de uma planilha com centenas de células interdependentes, um servidor do MPRS precisa acompanhar, em tempo real, a variação dos valores em determinadas células-chave, sem a necessidade de rolar constantemente a planilha. Para isso, ele decide utilizar a funcionalidade “Janela de Inspeção”, disponível no Microsoft Excel 365 (em português), dentro da guia “Fórmulas”.

Considerando esse contexto, é correto afirmar que esse servidor deve buscar essa funcionalidade no grupo da guia “Fórmulas” denominado

- (A) Parágrafo.
- (B) Auditoria de Fórmulas.
- (C) Cálculo.
- (D) Nomes Definidos.
- (E) Biblioteca de Funções.

9. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Um servidor da Prefeitura de Joinville está analisando um relatório no Excel 365 (em português, versão desktop) e deseja obter informações detalhadas sobre o documento, como número de palavras, caracteres e outras estatísticas. Para isso, ele precisa localizar a opção “Estatísticas da Pasta de Trabalho” na guia Revisão. Em qual grupo dessa guia essa opção está localizada?

- (A) Acessibilidade.
- (B) Proteger.
- (C) Comentários.
- (D) Idioma.
- (E) Revisão de Texto.

10. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Em relação às funcionalidades do Microsoft Excel 2019 em português, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() O Excel 2019 suporta a criação de macros em VBA (Visual Basic for Applications) para automatizar tarefas repetitivas. () É possível, no Excel 2019, realizar análises preditivas usando a ferramenta integrada de Aprendizado de Máquina.

() O Excel 2019 permite a colaboração em tempo real em documentos compartilhados através do OneDrive ou SharePoint.

() A funcionalidade de tabelas dinâmicas está disponível no Excel 2019, permitindo a análise de grandes volumes de dados e a criação de modelos de dados complexos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (INSTITUTO AOCP - 2025)

O Estado é uma organização dotada de poder, composta por elementos estruturais como governo, burocracia, forças armadas, ordenamento jurídico e sociedade civil. Sua função principal é manter a ordem dentro de um território definido, garantindo direitos, legislando e tributando. No capitalismo contemporâneo, o poder político deriva da sociedade civil, e o grau de democracia em um sistema político influencia diretamente a transformação da população em cidadãos com direitos políticos efetivos e iguais. Em relação ao papel do Estado e sua relação com a sociedade civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado, em sua estrutura política, é composto apenas por elementos institucionais como governo, forças armadas e burocracia, o que não abrange o povo.
- (B) No capitalismo contemporâneo, o poder político do Estado é exercido exclusivamente pelo governo e pela burocracia, pensando na relação da demanda do mercado econômico.
- (C) O caráter democrático de um sistema político influencia a transformação da população em um povo, entendido como cidadãos com direitos políticos efetivos e teoricamente iguais.
- (D) O Estado exerce seu poder sobre a sociedade civil, que é entendida como o objeto de suas ações e decisões.
- (E) No contexto da organização estatal, o ordenamento jurídico é restrito às instituições públicas, não exercendo influência direta sobre a sociedade como um todo.

2. (INSTITUTO AOCP - 2025)

De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos essenciais alguns princípios. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um desses fundamentos.

- (A) Soberania.
- (B) Dignidade da pessoa humana.
- (C) Pluralismo político.

(D) Independência dos Poderes Executivo e Legislativo.

(E) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

3. (INSTITUTO AOCP - 2025)

De acordo com a Constituição Federal vigente, é correto afirmar que o Brasil adota

- (A) como regime de governo a federação.
- (B) como forma de governo a república.
- (C) como sistema de governo o democrático.
- (D) como regime de governo o parlamentarismo.
- (E) como forma de estado a república.

4. (INSTITUTO AOCP - 2022)

Em relação aos princípios fundamentais que regem a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (B) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- (C) Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil, está a dignidade da pessoa humana e a cidadania.
- (D) A construção de uma sociedade justa, livre e solidária bem como a garantia do desenvolvimento nacional se enquadram nos princípios do Estado Democrático de Direito.
- (E) A defesa da paz, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a cooperação dos povos para o progresso da humanidade constam no rol de princípios que regem o Brasil nas suas relações internacionais.

5. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Os direitos políticos, globalmente considerados, são direitos humanos, sendo possível o controle de constitucionalidade de tratados internacionais que se referem a direitos políticos. A respeito do tema, é correto afirmar que

(A) os direitos políticos não são considerados direitos humanos em sua totalidade, visto que a Constituição Federal os trata em capítulo separado dos direitos e garantias individuais, e os tratados internacionais sobre o tema não possuem hierarquia constitucional.

(B) embora os direitos políticos sejam reconhecidos como direitos humanos em documentos internacionais, no Brasil, tratados que os abordem não podem ser submetidos a controle de constitucionalidade, pois, uma vez incorporados, integram o bloco de constitucionalidade com equivalência a emendas.

(C) Os direitos políticos são inequivocamente direitos humanos, e a Constituição Federal, em seu Art. 5º, § 2º, incorpora tratados internacionais de direitos humanos ao ordenamento jurídico. No entanto o controle de constitucionalidade de tais tratados é restrito à via preventiva e apenas se tiverem status supralegal.

(D) Os direitos políticos são amplamente reconhecidos como direitos humanos, conforme documentos internacionais e a própria Constituição Federal. Tratados internacionais sobre direitos humanos, incluindo os que tratam de direitos políticos, podem ser objeto de controle de constitucionalidade.

(E) A equiparação de tratados internacionais sobre direitos humanos a emendas constitucionais, prevista no Art. 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988, torna-os automaticamente imunes a qualquer controle de constitucionalidade, mesmo em caso de conflito com cláusulas pétreas da Constituição Federal.

6. (INSTITUTO AOCP - 2025)

No tocante aos direitos fundamentais, sob a perspectiva das gerações (ou dimensões), é correto afirmar que os direitos fundamentais ligados à igualdade material, compreendendo os direitos sociais, econômicos e culturais, pertencem aos

(A) direitos fundamentais de primeira geração.

(B) direitos fundamentais de segunda geração.

(C) direitos fundamentais de terceira geração.

(D) direitos fundamentais de quarta geração.

(E) direitos fundamentais de quinta geração.

7. (INSTITUTO AOCP - 2026)

A respeito da inviolabilidade do domicílio enquanto direito individual fundamental, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar que

(A) o consentimento de vizinho autoriza o ingresso de alguém no domicílio alheio quando informado por escrito e em formulário específico.

(B) em caso de flagrante delito, o ingresso no domicílio depende de consentimento do morador.

(C) uma busca domiciliar determinada judicialmente deve ser cumprida durante o dia e independe do consentimento do morador.

(D) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar senão para prestar socorro.

(E) desastre e determinação judicial autorizam o ingresso no domicílio alheio tanto durante o dia quanto durante a noite.

8. (INSTITUTO AOCP - 2025)

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADPF 130, qual é a relação entre a liberdade de imprensa e os direitos à imagem e à honra?

(A) A liberdade de imprensa é sempre limitada pelos direitos à imagem e à honra, independentemente do contexto.

(B) Os direitos à imagem e à honra têm precedência sobre a liberdade de imprensa em todos os casos.

(C) A liberdade de imprensa tem precedência sobre os direitos à imagem e à honra, sendo que eventuais abusos devem ser reparados posteriormente por meio de direito de resposta ou indenização.

(D) A liberdade de imprensa e os direitos à imagem e à honra possuem igual peso, devendo ser analisados caso a caso sem precedência definida.

(E) A liberdade de imprensa só é garantida quando não há críticas a figuras públicas ou agentes do Estado.

9. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Segundo o disposto na Constituição da República, para que sejam equivalentes às emendas constitucionais, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos devem ser aprovados

(A) pela maioria absoluta dos membros do Conselho Nacional de Justiça, em único turno.

(B) por dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal, em dois turnos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (INSTITUTO AOCP - 2024)

A respeito do tema Estado, governo e administração pública, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Estado é um ente, um sujeito de direitos, que tem como elementos o povo, o território e a soberania.

() Em sentido subjetivo, a Administração Pública pode ser definida como a atividade concreta e mediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico totalmente público, para a consecução dos interesses coletivos.

() A Administração Pública em sentido objetivo é o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.

() As fundações públicas fazem parte da administração indireta.

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – V – V – F.
- (C) V – F – V – V.
- (D) V – V – V – V.
- (E) F – V – F – F.

2. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Um administrador previdenciário, em um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), é responsável por tomar decisões que respeitem os princípios constitucionais da Administração Pública, conhecidos pela sigla LIMPE (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência). Esses princípios garantem que a gestão previdenciária siga critérios éticos, legais e transparentes, assegurando a sustentabilidade do sistema e o atendimento ao interesse público. Com base nos princípios LIMPE e em sua aplicação na administração previdenciária, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. O princípio da legalidade obriga que todas as decisões do gestor previdenciário sejam realizadas conforme a lei vigente, admitindo flexibilizações normativas para casos excepcionais que possam beneficiar grupos específicos.

II. O princípio da impessoalidade exige que a concessão de benefícios seja feita sem favorecimento pessoal ou político, baseando-se exclusivamente nos critérios estabelecidos pela legislação previdenciária.

III. O princípio da moralidade requer que o gestor previdenciário avalie não apenas a conformidade com a lei, mas também a justiça e a ética das decisões tomadas no processo de concessão de benefícios e arrecadação.

IV. O princípio da eficiência exige que a gestão previdenciária maximize os recursos disponíveis, otimizando os processos administrativos para reduzir prazos e custos, com foco na obtenção de retorno durante o atendimento aos segurados.

- (A) Apenas II, III e IV.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas II e III.

3. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Uma empresa pública, administradora de um determinado porto, exerce atividade pública, assim, sua gestão é produto de alguns enquadramentos. Nesse sentido, é

correto afirmar que

- (A) a empresa pública é uma instituição que exerce atividade econômica e deve obedecer aos princípios constitucionais da administração pública, atuando na gestão portuária.
- (B) por atuar sob regime de direito privado, a empresa pública pode estabelecer normas próprias e não precisa seguir os regulamentos da autoridade marítima e aduaneira.
- (C) a empresa pública, ao administrar o porto, substitui o papel dos órgãos de fiscalização federais, exercendo controle pleno sobre entrada e saída de mercadorias.
- (D) a delegação da gestão portuária à empresa pública implica autonomia total, inclusive para modificar diretrizes da política nacional de transportes.
- (E) por ser uma empresa pública é isenta de licitação e pode contratar diretamente prestadores de serviço, com base em critérios internos.

4. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Quanto aos princípios da administração pública, é correto afirmar que

- (A) a moralidade exige que os atos administrativos obedeçam às leis escritas, sem necessidade de considerar a ética.
- (B) a publicidade autoriza a divulgação de informações sigilosas para garantir a transparência absoluta do serviço público.
- (C) a impessoalidade garante que as decisões administrativas sejam tomadas com base em interesses individuais e relacionamentos pessoais.
- (D) a legalidade determina que a administração pública só pode agir conforme as normas previstas em lei, respeitando o interesse público.
- (E) a eficiência viabiliza que a gestão pública tome medidas pensadas na lucratividade.

5. (INSTITUTO AOCP - 2024)

São princípios de direito administrativo e suas respectivas definições, EXCETO

- (A) Legalidade: atuação conforme a lei.
- (B) Publicidade: impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
- (C) Impessoalidade: objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- (D) Moralidade: atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- (E) Segurança jurídica: observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.

6. (INSTITUTO AOCP - 2022)

A administração pública pode ser entendida como as formas e normas que o Estado administra os bens e serviços públicos. Com base no exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) A administração pública, de acordo com a Constituição Federal, está dividida em direta, indireta e empresas públicas.
- (B) A administração pública deve atuar de acordo com cinco princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (C) A administração pública indireta é formada pelos ministérios ou secretarias, autarquias, fundações e empresas públicas.

(D) A administração pública direta é constituída pelo chefe do executivo, fundações e sociedades de economia mista.

(E) As sociedades de economia mista, empresas estatais submetidas à lei das S/A, não fazem parte da administração direta ou indireta.

7. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Em decorrência do princípio da autotutela, é correto afirmar que

- (A) a Administração Pública tem o poder de rever os seus próprios atos, seja para revogá-los, quando inconvenientes, ou seja para anulá-los, quando ilegais.
- (B) a atividade administrativa não pode sofrer paralisações abruptas e imotivadas.
- (C) não é concedida liberdade absoluta ao administrador para concretizar transações de qualquer natureza, sem prévia autorização legal.
- (D) no confronto entre o interesse do particular e o interesse público, prevalecerá o segundo, no qual se concentra o interesse da coletividade, o que não significa, inquestionavelmente, que o Poder Público possa imotivadamente desrespeitar os direitos individuais.
- (E) as entidades estatais não podem abandonar, alterar ou modificar as finalidades para as quais foram constituídas. Atuarão as ditas entidades sempre vinculadas e adstritas aos seus fins que motivaram sua criação.

8. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Sobre os princípios a serem seguidos pela administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Pelo princípio da supremacia do interesse público, explícito no ordenamento jurídico brasileiro, presume-se que toda atuação do Estado seja pautada pelo interesse público.
- (B) O princípio da moralidade, implícito no ordenamento jurídico brasileiro, torna jurídica a exigência de atuação ética dos agentes da administração pública.
- (C) Explícito no ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da impessoalidade impede perseguições ou favorecimentos, discriminações benéficas ou prejudiciais aos administrados.
- (D) O princípio da publicidade, implícito no ordenamento jurídico brasileiro, está ligado à eficácia do ato, ou seja, enquanto não publicado, o ato não está apto a produzir efeitos.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1. (INSTITUTO AOCP - 2023)

O método da Curva ABC é uma ferramenta valiosa na Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, permitindo uma análise criteriosa da distribuição dos recursos em relação aos diferentes itens do estoque. Essa abordagem classifica os itens em categorias de acordo com sua importância, facilitando a gestão eficiente dos materiais. Qual é o objetivo principal da aplicação da Curva ABC?

- (A) Identificar os fornecedores mais confiáveis para estabelecer parcerias de longo prazo.
- (B) Priorizar a gestão dos materiais de acordo com sua importância relativa para a organização.
- (C) Classificar os materiais de acordo com sua origem geográfica e distribuição.
- (D) Determinar a demanda sazonal dos produtos e adaptar a produção de acordo.
- (E) Analisar a rentabilidade dos produtos e decidir quais devem ser descontinuados.

2. (INSTITUTO AOCP - 2021)

Assinale a alternativa que apresenta um elemento que demonstra a importância da logística.

- (A) O planejamento do fluxo de pessoas nas organizações, que possibilita melhorar de forma objetiva o dispêndio de recursos organizacionais, mesmo que ocorram alguns desperdícios eventuais.
- (B) A busca pela qualidade, que pode ser um dos objetivos da logística na medida em que o emprego de matérias-primas estratégicas onerosas assegura a continuidade da organização no mercado.
- (C) A organização de empresas, que deve priorizar a qualidade de vida e eficiência com a operacionalidade empresarial, visando à manutenção de determinada região geográfica e territorial.
- (D) A utilização de processos licitatórios no setor público, com preferência na aquisição dos materiais e equipamentos pelo menor custo, favorecendo o desenvolvimento de medidas benéficas à população.

(E) A utilização eficiente dos conceitos de logística que proporcionam melhora no fluxo de transporte e infraestrutura de cidades, proporcionando, também, ganhos para a economia e no dia a dia da população.

3. (INSTITUTO AOCP - 2024)

A administração da produção e materiais abarca dois temas fundamentais, a saber, a logística e a gestão da cadeia de suprimentos, sendo que a logística que trata da criação de valor – valor para os clientes e fornecedores da empresa e valor para todos aqueles que têm nela interesses diretos. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A logística vem se transformando em um processo cada vez mais importante de agregação de valor ao produto e/ou serviço.
- (B) À medida que as empresas forem intensificando uma visão mais internacional de suas operações, a logística assume uma importância menor no âmbito da empresa.
- (C) Uma boa gestão da cadeia de suprimentos pode gerar vendas, e não apenas reduzir os custos.
- (D) Qualquer produto ou serviço perde quase todo o seu valor quando não está ao alcance dos clientes no momento e lugar adequados ao seu consumo.

4. (INSTITUTO AOCP - 2022)

Qualquer que seja o sistema de produção utilizado pela empresa, por encomenda, lotes ou produção contínua, o processo produtivo é sempre uma complicada e contínua transformação de matérias-primas, materiais e informações em produtos acabados ou serviços prestados. Acerca da administração de materiais, assinale a alternativa correta.

- (A) Os materiais precisam ficar estáticos dentro das empresas para facilitar o fluxo das mercadorias.
- (B) As matérias-primas são também denominadas componentes.
- (C) A palavra suprimento serve para designar todas as atividades que visam ao abastecimento ou fornecimento de materiais à produção.

(D) De acordo com o fluxo dos materiais, os materiais semiacabados se transformaram diretamente em produtos acabados.

(E) A entrada de materiais dos fornecedores é de maneira direta para o processo de produção, sem que haja o processo de estocagem.

5. (INSTITUTO AOCP - 2023)

O profissional responsável por elaborar o planejamento das cargas dentro do navio de contêineres através de sistemas que permitem organizar a distribuição das mercadorias visando à redução de custos, à segurança e à melhoria na logística é o

- (A) vip planner.
- (B) air planner.
- (C) ship planner.
- (D) yard planner.
- (E) king planner.

6. (INSTITUTO AOCP - 2024)

No contexto da administração pública, diversos indicadores são utilizados para avaliar e mensurar a gestão e os resultados das ações governamentais. A dimensão de resultado que está relacionada ao impacto final das ações e também ao grau de satisfação das necessidades e dos desejos da sociedade pelos serviços prestados pela instituição corresponde à

- (A) eficiência.
- (B) economicidade.
- (C) eficácia.
- (D) efetividade.
- (E) excelência.

7. (INSTITUTO AOCP - 2022)

Você precisa medir o desempenho da empresa com base na capacidade de resolver problemas, realizar objetivos e gerar resultados. Nesse caso, qual é o elemento ou conceito que você utilizará para medir o desempenho da empresa?

- (A) Competência.
- (B) Efetividade.
- (C) Eficiência.
- (D) Eficácia.
- (E) Coerência.

8. (INSTITUTO AOCP - 2022)

A administração pública no Brasil evoluiu de um enfoque de ciência jurídica em um Estado institucionalmente liberal para um enfoque de administração pública em um Estado democrático com redefinição de seu papel e função.

Quais são as características da administração pública nesse Estado democrático com redefinição de seu papel e função?

- (A) Democratização, gestão pública, gestão de conflitos e gestão de recursos escassos.
- (B) Racionalidade e competências técnicas, além de administração indireta e descentralizada.
- (C) Capacidade política aliada à competência técnica e uso de teleinformática.
- (D) Desenvolvimento com administração indireta e ciência administrativa.
- (E) Legalismo, racionalização, centralização e administração direta.

9. (INSTITUTO AOCP - 2022)

A hierarquia e os graus variados de centralização podem ser utilizados para controlar as relações intergrupais e, conforme a departamentalização funcional, possibilitar o uso da autoridade hierárquica para administrar processos de licitações e contratações entre os envolvidos, mediante

- (A) a adoção de uma estrutura indiferenciada simples.
- (B) a flexibilidade da amplitude gerencial indireta.
- (C) a ampliação do âmbito da supervisão direta.
- (D) a agregação dos grupos em uma mesma gerência.
- (E) a composição de comitês de resolução de conflitos.

10. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Para um atendimento presencial de elevada qualidade, as técnicas de comunicação são essenciais. Como oficial de promotoria, você decidiu adotar algumas técnicas de comunicação não verbal. Na prática, nas interações interpessoais, você decidiu começar o atendimento com um aperto de mão, que é uma forma de comunicação não verbal

- (A) cinésica.
- (B) proxêmica.
- (C) tacêsica.
- (D) cronêmica.
- (E) olfática.

DIREITO PENAL

1. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Mário foi condenado por sentença penal transitada em julgado em virtude da prática de diversos crimes e, durante o cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada, soube que uma nova lei descriminalizou uma das condutas que praticou. Nesse caso hipotético, conforme o Código Penal, é correto afirmar que

- (A) a descriminalização da conduta não afeta a pena aplicada a Mário, porque a sentença penal já transitou em julgado.
- (B) por ter sido condenado por fato que deixou de ser considerado crime, Mário deve cumprir só metade da pena remanescente.
- (C) Mário não será beneficiado pela abolição do crime, pois já iniciou o cumprimento da pena aplicada.
- (D) a nova lei não repercutirá sobre a pena aplicada a Mário, pois, ao tempo da condenação, a conduta era definida como crime.
- (E) a nova lei repercute sobre a pena aplicada a Mário, fazendo cessar a execução da pena e os efeitos penais da sentença condenatória em relação ao fato que deixou de ser considerado crime.

2. (INSTITUTO AOCP - 2023)

Em relação à lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- (A) Na hipótese de crime permanente, aplica-se a pena vigente no momento da privação da liberdade da vítima, ainda que outra pena, mais gravosa, esteja em vigor no momento da libertação da vítima.
- (B) A lei nova que deixa de considerar um fato como crime retroage somente para os casos em que não houver trânsito em julgado.
- (C) A lei penal mais benéfica ao acusado sempre retroage, ainda que o fato seja praticado durante a vigência de lei excepcional.
- (D) É vedada a combinação de leis penais, ainda que a combinação seja mais favorável ao réu.

3. (INSTITUTO AOCP - 2021)

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Conforme o princípio da anterioridade, o crime e a pena devem estar definidos em lei prévia ao fato cuja punição se pretende.
- (B) É proibida a aplicação da lei penal, inclusive aos fatos praticados durante seu período de vacatio.
- (C) A abolitio criminis alcança a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
- (D) A novatio legis in melius, por configurar nítido benefício ao réu, deve retroagir.
- (E) A lei penal intermediária é simultaneamente dotada de retroatividade e de ultratividade.

4. (INSTITUTO AOCP - 2021)

Em consonância ao Código Penal, foram adotadas, via de regra, quanto ao tempo e ao lugar do crime, bem como quanto ao concurso de pessoas, respectivamente, as teorias

- (A) do resultado, da atividade e monística.
- (B) da atividade, do resultado e pluralística.
- (C) da atividade, mista e unitária.
- (D) do resultado, da ubiquidade e unitária.
- (E) da ubiquidade, da atividade e monística.

5. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Larissa é brasileira e cometeu um crime de lesão corporal grave enquanto fazia turismo na Tailândia. Sobre o tema e de acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Larissa só poderá ser julgada pela lei tailandesa, porque o lugar do crime não foi em território brasileiro.
- (B) Larissa poderá ser processada pela lei brasileira se, dentre outras condições, tiver retornado ao território brasileiro e não tiver sido absolvida perante a lei tailandesa.
- (C) Larissa poderá ser processada pela lei brasileira contanto que haja requisição de tal expediente pelo Ministro da Justiça.

(D) Larissa poderá ser processada pela lei brasileira ainda que tenha sido julgada e absolvida pela lei tailandesa.

(E) Larissa poderá ser julgada pela lei brasileira contanto que fique provado que o crime foi cometido em aeronave ou embarcação brasileira.

6. (INSTITUTO AOCP - 2022)

Raul, brasileiro, em viagem a trabalho para o Japão, após ríspida discussão com um cidadão local, praticou o crime de lesão corporal grave. Processado pela justiça japonesa, Raul foi condenado à pena de dois anos de reclusão, os quais já foram integralmente cumpridos. De volta ao Brasil, Raul descobre que também foi processado e condenado pela justiça brasileira, pelo mesmo crime ocorrido no Japão, à pena de quatro anos de reclusão. Sobre o caso narrado, assinale a alternativa correta segundo o Código Penal.

(A) Em razão do princípio da personalidade ativa, hipótese de extraterritorialidade condicionada, Raul deverá cumprir mais dois anos de reclusão no Brasil.

(B) Como se trata de hipótese de extraterritorialidade incondicionada, por incidência do princípio da bandeira, Raul deverá cumprir mais dois anos de reclusão no Brasil.

(C) Como Raul já cumpriu integralmente sua pena no Japão, não deverá mais cumprir pena alguma no Brasil.

(D) Ainda que já tenha cumprido integralmente sua pena no Japão, Raul deverá cumprir mais quatro anos de reclusão no Brasil, em razão da soberania da justiça brasileira sobre a japonesa.

(E) Trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada, em obediência ao princípio da defesa, razão pela qual Raul deverá cumprir mais quatro anos de reclusão no Brasil.

7. (INSTITUTO AOCP - 2021)

De acordo com o Direito Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Aplica-se a lei brasileira ao crime de homicídio cometido na Argentina contra o Presidente da República do Brasil. Trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada, dada a incidência do princípio da representação.

(B) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.

(C) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desviada.

(D) Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.

(E) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de catorze anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.

8. (INSTITUTO AOCP - 2021)

Analise a seguinte situação hipotética:

Hércules, que é francês, viajou de férias à Costa Rica com sua esposa Xena, de nacionalidade colombiana. Em determinado momento das férias, após forte desentendimento entre o casal, Hércules cometeu o crime de feminicídio contra Xena. Desesperado, após o ocorrido, fugiu para o Brasil. Considerando que o Brasil, por meio de tratado internacional, obrigou-se a reprimir o referido delito, Hércules estará sujeito à lei brasileira em razão do princípio da

(A) universalidade do direito de punir.

(B) proteção.

(C) personalidade.

(D) bandeira.

(E) territorialidade temperada.

9. (INSTITUTO AOCP - 2021)

Analise a seguinte situação hipotética:

Vanderlei, holandês, cometeu um crime na China e lá foi processado e condenado à pena de seis anos de reclusão, os quais já foram integralmente cumpridos. Advém que, pelo mesmo crime, também foi processado e condenado no Brasil à pena de onze anos de reclusão. De acordo com o Código Penal, considerando que se trata de uma das hipóteses de extraterritorialidade incondicionada, Vanderlei

(A) não deverá cumprir pena alguma no Brasil, haja vista que China e Brasil não possuem tratado de extradição.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (INSTITUTO AOC - 2023)

Com a Constituição de 1988, ganharam renovada relevância os princípios garantistas do processo penal. Sobre tais princípios, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O princípio do devido processo legal, estabelecido no art. 5º, LIV, da Constituição Federal, institui o dever de respeitar todas as formalidades previstas em lei para que haja cerceamento da liberdade ou para que alguém seja privado de seus bens.

(B) O princípio da publicidade estabelece que os atos processuais devem ser realizados publicamente, à vista de quem queira acompanhá-los, sem segredos e sem sigilo. Tal publicidade, porém, pode ser limitada quando a defesa da intimidade ou o interesse social exigirem.

(C) O princípio do juiz natural, encartado no art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal, estabelece o direito do réu de ser julgado por um juiz previamente determinado por lei e pelas normas constitucionais.

(D) O princípio da duração razoável do processo, que encontra ampla aceitação na doutrina processualista, apesar de não ter base legal ou constitucional explícita, estabelece que todos, no âmbito judicial e administrativo, têm direito à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

(E) O princípio do contraditório, contido no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, estabelece que em toda alegação fática ou apresentação de prova, feita no processo por uma das partes, tem a outra, adversária, o direito de se manifestar, havendo um perfeito equilíbrio na relação estabelecida pela pretensão punitiva do Estado em confronto com o direito à liberdade e à manutenção do estado de inocência do acusado.

2. (INSTITUTO AOC - 2023)

Alfredo está sendo investigado como suposto autor de um homicídio praticado dias atrás em Santa Maria-DF. No interrogatório policial, Alfredo decide por exercer seu direito de permanecer em silêncio, para evitar produzir

qualquer prova contra si mesmo. O direito de Alfredo ao silêncio constitui expressão ou decorrência do princípio do(a)

(A) contraditório.

(B) presunção de não culpabilidade.

(C) nemo tenetur se detegere.

(D) juiz natural.

(E) busca da verdade.

3. (INSTITUTO AOC - 2022)

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais aplicáveis ao processo penal, assinale a alternativa correta.

(A) O Supremo Tribunal Federal admite a execução provisória da decisão penal condenatória, enquanto pendente de julgamento os recursos extraordinários, porquanto estes não possuem efeito suspensivo.

(B) Segundo entendimento dos Tribunais Superiores, no processo penal, a deficiência da defesa técnica constitui nulidade absoluta.

(C) A autodefesa engloba o direito de presença, de audiência e o direito de postular pessoalmente em determinados atos do processo penal.

(D) Não viola a ampla defesa a publicação de acórdão condenatório sem o voto vencido.

(E) É indispensável a intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto contra a decisão que rejeitou a denúncia, exceto se oferecida pelo Defensor Público natural.

4. (INSTITUTO AOC - 2021)

São princípios processuais penais, EXCETO

(A) presunção de inocência.

(B) nemo tenetur se detegere.

(C) in dubio pro reo.

(D) contraditório.

(E) anterioridade.

5. (INSTITUTO AOCP - 2025)

De acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, a respeito do inquérito policial, é correto afirmar que (A) nos crimes em que a ação penal for pública e depender de representação do ofendido, o inquérito poderá ser iniciado pela autoridade policial de ofício.

(B) o inquérito deverá terminar no prazo de 5 dias se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nessa hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 60 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(C) o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela autoridade sob pena de violação dos direitos e garantias fundamentais previstos no ordenamento jurídico.

(D) constatada a ausência de provas e fundamentos jurídicos necessários, a autoridade policial poderá mandar arquivar os autos de inquérito policial, mediante prévia comunicação ao Ministério Público e juízo competente.

(E) depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

6. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Matheus é alvo de um inquérito policial instaurado no dia 1 de fevereiro do corrente ano. No dia 11 do mesmo mês, Matheus foi preso preventivamente por ordem da autoridade judiciária, após representação da autoridade policial. Segundo o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

(A) Matheus não pode ser preso preventivamente no curso de inquérito policial senão por conversão da prisão em flagrante pela autoridade judiciária, após requerimento do órgão acusador.

(B) O inquérito policial de Matheus deve se encerrar imediatamente, com apresentação de relatório, uma vez que Matheus está preso e a investigação já corre por 10 (dez) dias.

(C) O inquérito policial de Matheus poderá durar até 30 (trinta) dias, uma vez que a investigação se iniciou quando Matheus estava solto.

(D) Se Matheus tivesse sido preso em flagrante, o inquérito policial deveria se encerrar em 5 (cinco) dias, mas, como Matheus estava solto e foi preso posteriormente por ordem judicial fundamentada, o inquérito não possui prazo para término.

(E) O inquérito policial de Matheus deve se encerrar em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da execução de sua prisão, contabilizando, no total, 20 (vinte) dias de investigação.

7. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Juliana foi vítima de um fato supostamente criminoso, ocorrido em sigilo. Após consultar um advogado, ele informou que ela deveria iniciar um inquérito policial para investigar a autoria e materialidade do delito. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa que apresenta o correto procedimento que Juliana deve seguir.

(A) Juliana pode telefonar à Delegacia de Polícia local, informar a autoridade policial do fato e obter promessa de que haverá instauração de ofício de inquérito policial.

(B) Por meio de petição assinada por advogado, Juliana poderá apresentar uma notícia-crime à autoridade policial, ou ao Ministério Público, requerendo a instauração de investigação preliminar sobre os fatos sofridos.

(C) Juliana poderá requisitar a instauração de inquérito policial mediante petição simples assinada de próprio punho.

(D) Se Juliana informar o Ministério Público do evento sofrido, o membro ministerial poderá lavrar boletim de ocorrência em seu nome.

(E) Por meio de boletim de ocorrência, Juliana poderá fazer um requerimento à autoridade policial como ofendida, objetivando o início de um pré-inquérito policial que só será confirmado após sua tomada de depoimento formal.

8. (INSTITUTO AOCP - 2022)

A respeito do regime jurídico do inquérito policial e das demais investigações preliminares, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de

DIREITO CIVIL

1. (INSTITUTO AOCP - 2024)

De acordo com o Código Civil e o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) Far-se-á averbação em registro público da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- (B) Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- (C) A pretensão de reconhecimento de ofensa a direito da personalidade é imprescritível.
- (D) No âmbito do abuso da personalidade jurídica, entende-se por desvio de finalidade a ausência de separação de fato entre os patrimônios da sociedade e do sócio/administrador.
- (E) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado, sendo que a interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

2. (INSTITUTO AOCP - 2024)

De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- (A) os que, por enfermidade psicomotora, como paralisia infantil, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- (B) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- (C) aqueles que ainda não completaram 18 (dezoito) anos de idade.
- (D) os que, por distúrbio mental grave, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- (E) aqueles que ainda não completaram 16 (dezesesseis) anos de idade.

3. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Conforme o Código Civil, far-se-á averbação em registro público:

- (A) dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- (B) dos nascimentos, casamentos e óbitos.
- (C) da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

(D) da interdição por incapacidade absoluta ou relativa.

(E) das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial, o restabelecimento da sociedade conjugal e a morte presumida.

4. (INSTITUTO AOCP - 2021)

Maria tem 17 anos e, em consulta jurídica com um advogado, questiona sobre a possibilidade de ser cessada sua incapacidade. Considerando o questionamento de Maria, é correto afirmar que sua incapacidade

- (A) pode ser cessada pelo casamento.
- (B) pode ser cessada pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, dependendo de homologação judicial, pois ela tem mais de dezesseis anos completos.
- (C) pode ser cessada pelo exercício de emprego público, efetivo ou temporário.
- (D) pode ser cessada pela colação de grau em curso de ensino médio.
- (E) não pode ser cessada, pois ela é menor.

5. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Inaura, mulher transexual que, após a realização de cirurgia de transgenitalização, retificou tanto o prenome quanto o sexo no registro civil, relata que Valdison, seu vizinho de 17 anos, filho de Clivonilson, de 50 anos, tem reiteradamente proferido ofensas de cunho transfóbico em público, perante os demais moradores do bairro.

Diante desse contexto e à luz do Código Civil, bem como dos princípios que regem os direitos da personalidade e a responsabilidade civil, é correto afirmar que

- (A) Valdison, por ser absolutamente incapaz, não responde civilmente, cabendo apenas ao seu pai, Clivonilson, reparar integralmente os danos causados a Inaura.
- (B) a prática de ofensas transfóbicas, além de gerar obrigação de indenizar por dano moral, configura violação aos direitos da personalidade de Inaura, que são intransmissíveis e irrenunciáveis.

(C) a responsabilidade civil dos pais, no caso, é objetiva, prescindindo da análise de culpa na conduta de Valdison, bastando a demonstração do dano e do nexo de causalidade.

(D) Valdison, na qualidade de relativamente incapaz, não possui qualquer responsabilidade civil, ainda que parcial, pois sua condição de menor de idade transfere integralmente a obrigação ao seu pai.

(E) o exercício dos direitos da personalidade, como a proteção à identidade de gênero, está condicionado à demonstração de interesse econômico efetivo, nos termos do Código Civil.

6. (INSTITUTO AOC - 2021)

Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

(A) É inválida, mesmo que com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

(B) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

(C) Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer que se cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau.

(D) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto quando não houver intenção difamatória.

(E) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

7. (INSTITUTO AOC - 2022)

O Senhor João tem oitenta anos de idade e há cinco anos datam as últimas notícias dele. Seu filho, José, procura a Defensoria Pública para saber sobre sua sucessão.

Com base na situação hipotética e de acordo com o Código Civil e a jurisprudência do STJ sobre o tema, assinale a alternativa correta.

(A) Decorridos dois anos da arrecadação dos bens do Senhor João, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.

(B) Pode-se requerer a sucessão definitiva do Senhor João, sendo dispensável a abertura da sucessão provisória.

(C) Cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva do Senhor João e o levantamento das cauções prestadas.

(D) Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos descendentes e aos irmãos do Senhor João, nessa ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.

(E) Regressando o Senhor João nos cinco anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, ou algum de seus descendentes ou ascendentes, aquele ou estes haverão só os bens existentes no estado em que se acharem, os sub-rogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros e demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo.

8. (INSTITUTO AOC - 2025)

De acordo com o disposto no Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno:

(A) as organizações religiosas e os Estados.

(B) as sociedades e os Municípios.

(C) as associações públicas e os partidos políticos.

(D) as entidades de caráter público criadas por lei e as autarquias.

(E) os partidos políticos e os empreendimentos de economia solidária.

9. (INSTITUTO AOC - 2025)

Acerca da interpretação jurídica conferida pela doutrina quanto às disposições do Código Civil, especificamente no que se refere às pessoas jurídicas, é correto afirmar que

(A) é unânime o entendimento doutrinário de que os partidos políticos possuem natureza associativa, na forma disciplinada no Código Civil.

(B) a doutrina reconhece, atualmente, que os partidos políticos devem ser tratados como corporações sui generis ou especiais, e não como mera associação civil.

(C) a mudança para a natureza não associativa das entidades religiosas é apontada pela doutrina como consequência de uma necessidade de transformação de cunho jurídico.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Quanto às normas fundamentais do processo civil, previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos podem ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público.
- (B) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o advogado atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana.
- (C) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, salvo nos casos de tutela provisória de urgência e tutela de evidência.
- (D) O juiz pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, especialmente em se tratando de matéria sobre a qual possa decidir de ofício.
- (E) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, salvo nos casos em que for decretado o segredo de justiça.

2. (INSTITUTO AOCP - 2023)

O princípio do juiz natural garante que

- (A) o juiz não possa determinar de ofício a produção de prova.
- (B) o juiz deva avaliar a prova dos autos segundo sua convicção pessoal, desde que de forma fundamentada.
- (C) a fixação do órgão jurisdicional competente para o julgamento de determinada demanda se dê a partir de regras objetivas previamente estabelecidas.
- (D) o juiz deva zelar pela igualdade das partes no processo, tomando as providências necessárias para suprir vulnerabilidades processuais.

3. (INSTITUTO AOCP - 2023)

O chamado princípio da proibição da decisão surpresa significa que

- (A) o juiz não pode decidir, em primeiro grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- (B) o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto em se tratando de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- (C) o juiz não pode decidir, em primeiro grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto em se tratando de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- (D) o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

4. (INSTITUTO AOCP - 2022)

Existem várias teorias que buscam explicar a natureza jurídica da jurisdição.

A respeito dessas teorias, assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, aos conceitos apresentados a seguir.

1 Os atos jurisdicionais teriam essa natureza em razão do órgão de que provêm. Ocorre que mesmo tais órgãos também admitem atos administrativos, motivo pelo qual não podem ser aceitos.

2 Considera-se que a jurisdição tem a finalidade de tutelar direitos e aplicar a lei ao caso concreto. É criticável na medida em que é possível que haja necessidade de tutela, ainda que não exista direito subjetivo violado.

3 A jurisdição assegura a vigência do direito, que é aplicável ao caso concreto. Não é capaz de separar os atos administrativos dos atos judiciais e, por isso, também é criticável.

4 O Estado-Juiz substitui a vontade das partes por meio da atividade de seus órgãos jurisdicionais, fazendo com que haja a atuação da vontade concreta da lei.

- (A) Teoria da substituição / Teoria objetiva / Teoria subjetiva / Teoria organicista.
- (B) Teoria organicista / Teoria subjetiva / Teoria objetiva / Teoria da substituição.
- (C) Teoria organicista / Teoria objetiva / Teoria da substituição / Teoria subjetiva.
- (D) Teoria objetiva / Teoria subjetiva / Teoria organicista / Teoria da substituição.
- (E) Teoria subjetiva / Teoria objetiva / Teoria da substituição / Teoria organicista.

5. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Em janeiro de 2025, Maria, domiciliada em Porto Alegre-RS, celebrou um contrato de prestação de serviços com Pedro, domiciliado em Florianópolis-SC, para a realização de um evento em Curitiba-PR. No contrato as partes elegeram o foro da cidade de São Paulo para dirimir eventuais litígios. Com base nesse caso hipotético e nos termos do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A eleição de foro é válida, pois foi pactuada por escrito e consta no instrumento contratual, independentemente da pertinência com o domicílio das partes ou o local da obrigação.
- (B) A eleição de foro é inválida, pois não guarda pertinência com o domicílio das partes, o local da obrigação ou o negócio jurídico discutido, caracterizando prática abusiva.
- (C) A qualquer momento e em qualquer grau de jurisdição, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.
- (D) Embora pactuado, o foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- (E) A eleição de foro é inválida, pois o contrato foi celebrado entre particulares, e a eleição de foro só é permitida em contratos consumeristas.

6. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Com base nas disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta em relação à competência.

- (A) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.

- (B) Se o autor da herança não possuía domicílio certo, é competente o foro do local de falecimento.
- (C) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro de domicílio do autor.
- (D) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de seu domicílio.
- (E) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.

7. (INSTITUTO AOCP - 2025)

A Procuradoria-Geral do Município de São Paulo foi citada em ação indenizatória proposta por morador do Distrito de Parelheiros, alegando que sua residência foi danificada em razão de obras públicas de drenagem realizadas pelo município. Após analisar os autos, o procurador municipal responsável pelo caso verificou que o autor ajuizou a ação no foro regional de Santo Amaro, que possui jurisdição sobre aquele distrito, mas é diverso do foro central onde se localiza a sede administrativa do município de São Paulo. Considerando as regras do Código de Processo Civil sobre a competência da Fazenda Pública, o foro competente é

- (A) o da capital do estado.
- (B) o domicílio do autor.
- (C) o local do dano, por se tratar de ato ilícito.
- (D) o da sede do município demandado.
- (E) qualquer um, a critério do autor.

8. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Nos termos do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta.

- (A) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens imóveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- (B) Havendo domicílio certo, o foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- (C) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de domicílio do réu, cujo juízo tem competência absoluta.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!